nas Comunidades, para assegurar a instalação do Sistema Informático, adquirido para a Direção-Geral dos Negócios Políticos e Económicos, e respetiva conexão à Direção-Geral das Comunidades Europeias e à Reper em Bruxelas.

1988 a 1991 — Enquanto bolseira no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, responsável pela coordenação de toda a informatização da Direção de Finanças e Património. Coordenação da informatização da Contabilidade Orçamental e sua ligação em rede a todos os serviços existentes neste laboratório na área da grande Lisboa. Monitora de Cursos na área da Microinformática, Monitora do Curso da Gestão de Projetos de Inovação e a sua aplicação às Novas Tecnologias, destinado aos quadros superiores de várias empresas.

1986 a 1988 — Consultora de informática, e Monitora no Módulo de Programação da linguagem Pascal, em Cursos realizados no âmbito do programa Inforjovem.

Outras Atividades:

Presidente de júri no âmbito de vários procedimentos concursais para o provimento de postos de trabalho, nas categorias de especialista e técnico de informática, do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Monitora da cadeira de Informática, no âmbito dos Cursos Anuais de Formação Diplomática e Consular para os PALOP, da responsabilidade da Secretaria de Estado da Cooperação Portuguesa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Monitora de Informática no Curso de Admissão aos jovens Adidos de Embaixada realizado em 2010.

Monitora de cursos de Linguagens de Programação no âmbito de cursos realizados pela Inforjovem.

Congressista, no I Congresso dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante, realizado em Viana do Castelo de 8 a 9 de julho de 2010, sob o tema Novas Formas de Comunicação WEB, apresentação do portal desenvolvido especificamente para os novos Gabinetes de Apoio ao Emigrante.

5 de abril de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312211935

Despacho (extrato) n.º 4068/2019

1 — Por despacho da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, de 3 de abril de 2019, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 4.º, no n.º 1 do artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 116/2015, de 23 de junho, conjugado com o disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de junho, e no uso das competências delegadas pelo disposto na alínea *a*) do n.º 1.3 do Despacho n.º 8134/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, foi designado, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, Ricardo Jorge Gomes Veiga, no cargo de conselheiro técnico na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do referido Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao referido despacho, que produz efeitos a 1 de maio de 2019.

ANEXO

Nota curricular

Ricardo Jorge Gomes Veiga

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, concluiu a componente letiva do Mestrado em Transportes, perfil Planeamento e Políticas de Transportes no mesmo instituto universitário.

Detém uma experiência profissional ininterrupta de 24 anos na área das infraestruturas e sistemas de transportes, tendo ao longo do seu percurso profissional adquirido competências nas suas diversas vertentes, a saber:

Transporte Individual

Transporte Coletivo Rodoviário

Transporte Coletivo Ferroviário Pesado

Transporte Coletivo Ferroviário Ligeiro

Infraestruturas Rodoviárias, Ferroviárias e Logísticas

Entre 1995 e 1999 foi bolseiro de investigação no Centro de Sistemas Urbanos e Regionais (CESUR) no Instituto Superior Técnico.

Entre 1999 e 2000 desempenhou as funções de Chefe de Projeto na área de Planeamento Territorial e Transportes na CISED Consultores.

No período 2000/2002 desempenhou as funções de Partner na área de Planeamento Territorial e Transportes na CISED Consultores.

Integrou entre 2003 e janeiro de 2016, o quadro da IP ENGENHARIA (anteriormente designada de REFER Engineering) desempenhando funções de técnico superior na Unidade de Estudos da Direção de Estudos e Projetos, tendo a seu cargo, a coordenação de estudos e planeamento de transportes, em particular transporte ferroviário pesado — Alta Velocidade e Convencional — e ligeiro — Metros Ligeiros de Superfície; estudos de viabilidade técnica e económico-financeira de novos eixos e de eixos existentes; estudos de procura e de logística.

Desde fevereiro de 2016 desempenha funções de adjunto no Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, tendo assumido responsabilidades relevantes na concretização:

Do Plano Nacional de Investimentos 2030 — Definição de investimentos em infraestruturas a candidatar ao próximo quadro de programação comunitária

Do Plano de Investimentos em Infraestruturas- Ferrovia 2020 — Acompanhamento junto da Infraestruturas de Portugal da concretização de infraestruturas ferroviárias apoiadas pelo quadro de programação comunitária 14/20, nomeadamente: O Corredor Internacional Norte — Linhas da Beira Baixa e Alta; O Corredor Internacional Sul — Ligação Évora/ Caia e O Corredor Norte/Sul — Linhas do Norte e Minho

Do Programa de Valorização das Áreas Empresariais

Da Avaliação de Ligações Transfronteiriças no âmbito das Cimeiras Ibéricas

Do Acompanhamento junto da Infraestruturas de Portugal da concretização de infraestruturas, nomeadamente: MetroBus do Mondego; Túnel de Marão A25/IP5 — Ligação Transfronteiriça — Vilar Formoso/Fronteira; IP3 — Coimbra/Viseu e Ponte Internacional do Guadiana

É membro Sênior da Ordem dos Engenheiros e especialista em Transportes e Vias de Comunicação.

8 de abril de 2019. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

312213214

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DEFESA NACIONAL

Gabinetes dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional

Portaria n.º 242/2019

Manda o Governo, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 1.º, dos artigos 2.º, 5.º, 6.º e 7.º, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro, o seguinte:

1 — Nomear o 13952585 Coronel de Cavalaria João Francisco Fé Nabais para o cargo «IMS IBI 0010 — Chief Info Intel Sharing Section», no Internacional Military Staff (IMS), em Bruxelas, Bélgica, em substituição do 11124182 Coronel de Infantaria João Manuel de Carvalho Oliveira da Cunha Porto, que fica exonerado do cargo a partir da data em que o militar ora nomeado assumir funções.

2 — A duração normal da comissão de serviço do referido cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.

3 — A presente portaria produz os seus efeitos desde 16 de janeiro de 2019.

7 de fevereiro de 2019. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

312067991

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes do Ministro da Administração Interna e da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 4069/2019

Nos termos das disposições conjugadas da alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 283.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, é autorizada a pror-

rogação da licença sem remuneração para o exercício de funções de oficial de ligação da Frontex para Espanha e Portugal, à inspetora Lara Susana Soares Afonso Alegria Ribeiro, do mapa de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, pelo período de cinco anos, com efeitos a 1 de julho de 2018.

25 de março de 2019. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*. — 2 de abril de 2019. — A Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, *Ana Paula Baptista Grade Zacarias*.

312198977

FINANÇAS E DEFESA NACIONAL

Gabinetes do Secretário de Estado do Orçamento e da Secretária de Estado da Defesa Nacional

Despacho n.º 4070/2019

A Lei n.º 34/98, de 18 de julho, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 161/2001, de 22 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 170/2004, de 16 de julho, veio estabelecer um regime excecional de apoio aos ex-prisioneiros de guerra, nomeadamente a atribuição de uma pensão.

Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 161/2011, de 22 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 170/2004, de 16 de julho, e concluída que está a instrução do processo pelo respetivo ramo das Forças Armadas, determina-se a concessão da pensão a que se refere o artigo 4.º do referido decreto-lei, ao ex-soldado NIM 11442472 José de Melo Furtado.

7 de março de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — A Secretária de Estado da Defesa Nacional, *Ana Isabel dos Santos Figueiredo Pinto*.

312154806

Despacho n.º 4071/2019

A Lei n.º 34/98, de 18 de julho, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 161/2001, de 22 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 170/2004, de 16 de julho, veio estabelecer um regime excecional de apoio aos ex-prisioneiros de guerra, nomeadamente a atribuição de uma pensão.

Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 161/2011, de 22 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 170/2004, de 16 de julho, e concluída que está a instrução do processo pelo respetivo ramo das Forças Armadas, determina-se a concessão da pensão a que se refere o artigo 4.º do referido decreto-lei, ao ex-1.º Cabo NIM 13580772 Isidro de Sousa Borges.

7 de março de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — A Secretária de Estado da Defesa Nacional, *Ana Isabel dos Santos Figueiredo Pinto*.

312154766

DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4072/2019

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2018, de 6 de setembro de 2018, autorizou as entidades adquirentes identificadas, a assumir os encargos orçamentais e a realizar as despesas inerentes à aquisição de gás natural, desde que os respetivos procedimentos sejam conduzidos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.), ao abrigo do acordo quadro de fornecimento de gás natural, em regime de mercado livre para Portugal Continental (AQ-GN), cujo valor máximo, referente à Marinha, de 213.100.000€, sendo que o montante de 195.341,67€ é referente ao ano económico de 2019 e 17.758,33€ são relativos ao ano económico de 2020.

De igual forma, o n.º 5 da mencionada Resolução do Conselho de Ministros procede à delegação, com a faculdade de subdelegação, nos respetivos membros do Governo com poderes de direção e superintendência ou tutela sobre as entidades identificadas no anexo àquele diploma, da competência para a outorga dos respetivos contratos de aquisição ao abrigo do acordo quadro AQ-GN.

De forma a permitir a agilização da outorga do contrato a celebrar ao abrigo do acordo quadro AQ-GN, para a Marinha, torna-se necessária a subdelegação das competências delegadas pelo n.º 5 da Resolução do

Conselho de Ministros n.º 117/2018, de 6 de setembro de 2018, no Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional.

Assim, nos termos do disposto no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2018, de 6 de setembro de 2018, subdelego no Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante António Maria Mendes Calado, a competência para a outorga dos respetivos contratos de aquisição a celebrar ao abrigo do AQ-GN, até ao limite de 213.100,00€, sendo que o montante de 195.341,67€ é referente ao ano económico de 2019 e 17.758,33€ são relativos ao ano económico de 2020.

27 de fevereiro de 2019. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

312117773

Despacho n.º 4073/2019

Tendo em conta o estabelecimento no apoio à missão Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) *Assurance Measures* 2019, a qual decorre no flanco Leste das fronteiras geográficas da Aliança Atlântica, desde 2014.

Considerando que Portugal partilha os seus esforços internacionais na manutenção da paz global.

Torna-se necessário regular o apoio à missão NATO *Assurance Measures* 2019, que Portugal será responsável pelo destacamento de aeronaves F-16M e P-3C CUP+, para a *22nd Tactical Air Base Malbork* — Polónia, no período de 25 de fevereiro a 7 de maio de 2019.

Atento o anteriormente exposto, e verificando-se não existirem aspetos normativos e de natureza orçamental que justifiquem a inviabilidade da sua aprovação pelo Estado Português, determino o seguinte:

1 — Aprovo, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, a versão em língua inglesa do Acordo Técnico entre Portugal e a Polónia relativo ao apoio à missão NATO *Assurance Measures* 2019, que me foi submetida pelo Almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

2 — Delego no Almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com faculdade de subdelegação, a assinatura do referido Acordo Técnico, nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

28 de fevereiro de 2019. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

312117724

Despacho n.º 4074/2019

Considerando o estabelecimento do Centro Cooperativo de Excelência de Ciberdefesa (Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence — CCD COE), em Tallinn, na República da Estónia, e a sua ativação como Organização Militar Internacional pelo Conselho do Atlântico Norte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN);

Tendo em conta que a missão deste Centro é apoiar os Estados Partes e a OTAN, no âmbito dos conhecimentos especializados no domínio da ciberdefesa;

Considerando a intenção da Finlândia em participar no CCD COE, pelo que foi elaborado um Acordo Técnico que estipula os termos da colaboração daquele país com o CCD COE.

Atento o anteriormente exposto, e verificando-se não existirem aspetos normativos e de natureza orçamental que justifiquem a inviabilidade da sua aprovação pelo Estado Português, determino o seguinte:

1 — Aprovo, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, a versão em língua inglesa do Acordo Técnico entre os países participantes no Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence (CCDCOE) e a Finlândia, que me foi submetida pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do ofício n.º 537/CG-R, de 18 de fevereiro de 2019.

2 — Delego no Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com faculdade de subdelegação, a assinatura do referido Acordo Técnico, nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

8 de março de 2019. — O Ministro da Defesa Nacional, *João Titterington Gomes Cravinho*.

312137278

Despacho n.º 4075/2019

A sociedade comercial unipessoal por quotas «Defense Sky Technologies, Unipessoal, L.ª», pessoa coletiva n.º 514 456 523, com sede na